

atos judiciais

↳ **Espécies de atos judiciais no processo penal:** São atos praticados pelo juiz no Processo Penal, dividindo-se em despachos de mero expediente, decisões interlocutórias e sentença.

Despacho de mero expediente: são destinados apenas ao impulso do processo, desprovidos de qualquer carga decisória, devendo apenas impulsionar o curso do procedimento em direção ao ato final (sentença).

Como exemplo tem-se a designação de audiências, determinação de intimação de testemunhas etc.

Decisões interlocutórias: chama-se de decisão interlocutória aquele ato judicial dotado de carga decisória, mas sem a análise do mérito, podendo acarretar a extinção ou não do processo penal.

▷ **decisão interlocutória simples:** soluciona questões atinentes à regularidade formal do processo. Como exemplo tem-se aquela que converte a prisão preventiva, concede liberdade provisória, recebimento da denúncia, etc.

▷ **decisão interlocutória mista:** é aquela que extingue o processo, sem julgamento do mérito, que encerra uma etapa de procedimento ou resolve procedimentos incidentais de maneira definitiva.

↳ **interlocutória mista terminativa:** é a chamada decisão com força de definitiva, em que se extingue o processo, sem julgamento do mérito, bem como aquela que resolve um procedimento incidental de maneira definitiva.

↳ **interlocutória mista não terminativa:** é aquela que coloca fim a uma etapa do procedimento, aproximando-se da questão de mérito, mas sem adentrar propriamente nele, mas sem causar a extinção do processo.

Sentença penal: é a decisão mais clássica, onde se julga o mérito, condenando ou absolvendo o acusado.

art. 381 CPP → conteúdo da sentença.

↳ principal: motivação

↳ tudo deve ser fundamentado.

Art. 382 CPP

→ possibilidade de embargos de declaração opníveis no prazo de 5 dias quando a decisão for obscura, ambígua, contraditória ou omissa.

Somente cabe p/ as sentenças, não sendo utilizada essa sistemática p/ decisões proferidas em 2º grau, o qual terá rito com procedimento próprio.

espécies

sentença condenatória } - própria
sentença absolutória }
absolvição sumária } - imprópria
medida de segurança }

Art. 386 CPP

→ formas tradicionais de absolvição do acusado.

- intimação da sentença: a regra é que a intimação do réu e de seu advogado seja feita pessoalmente.

Quando o réu está solto, a intimação pode ser feita pessoalmente a ele ou a seu advogado de forma alternativa.